



**BIÊNIO – janeiro de 2023 / janeiro de 2025**

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**  
Conselheiro/Presidente do TCMPA

**Lúcio Dutra Vale**  
Conselheiro/Vice-presidente do TCMPA

**José Carlos Araújo**  
Conselheiro/Corregedor do TCMPA

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**  
Conselheiro/Ouvidor do TCMPA

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**  
Conselheira/Diretora Geral da Escola de Contas Públicas do TCMPA

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

**Sebastião Cezar Leão Colares**  
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

**CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):**

→ **José Alexandre da Cunha Pessoa**

→ **Sérgio Franco Dantas**

→ **Adriana Cristina Dias Oliveira**

→ **Márcia Tereza Assis da Costa**

**CRIAÇÃO**

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

**MISSÃO**

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

**VISÃO**

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

**REGULAMENTAÇÃO/DOE TCMPA**

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015;  
Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA;  
Sua estreia aconteceu em 13/12/2016.

**CONTATO/DOE do TCMPA**

Secretaria Geral/ (91) 3210-7813  
suporte.doe@tcm.pa.gov.br

**ENDEREÇO/TCMPA**

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.  
Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055  
-Telefone: (91) 3210-7500 (Geral)

**ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO DO TCM PARTICIPAM  
DO MÓDULO 2 DO CURSO “TRILHAS DA CIDADANIA”**

A Ouvidoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) deu seguimento, nesta terça-feira (20), ao curso Trilhas da Cidadania, módulo 2, voltado para estimular o gosto pela leitura, tendo como um dos



pontos de abordagem a mitologia, a arte, o direito e a história. O curso é voltado aos estagiários do ensino médio da Corte de Contas, e realizado em parceria com setores como a Escola de Contas Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha” (ECPCIR) e a Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP).

A coordenadora da Ouvidoria, Manoela Nascimento, e o auditor de controle externo, Tiago Lucena, ao falarem sobre os vários estilos de literatura, iniciaram pelo tema mitologia grega, egípcia e japonesa, além da mitologia brasileira, que é baseada na mitologia indígena, mais precisamente tupi-guarani, com as figuras de Tupã, o Deus Trovão, Jaci, a Deusa da Lua, e Guaraci, o Deus Sol.

O servidor Fernando Braga fez palestra sobre a importância de cultivar o gosto pela leitura.

O diretor de Gestão de Pessoal, Robson do Carmo, falou sobre Arte, Direito e História, iniciando a construção da noção de cidadania, com abordagens sobre o conceito de república, responsabilidade dos governadores, separação dos Poderes, controle externo do Legislativo e controle social.

Por meio de encontros mensais, o curso Trilhas da Cidadania promove, de maneira multidisciplinar, o engajamento entre os estagiários, que são incentivados a adquirir conhecimentos, e a se posicionar de maneira crítica, criativa, reflexiva e construtiva em relação a família, escola, comunidade e o País.

O curso usa uma metodologia ativa de aprendizagem, que coloca o estudante, e não o professor, no centro do processo. Ele é estimulado a participar ativamente em uma aula gamificada, desenvolvendo assim, de maneira lúdica, novas habilidades e competências.

**NESTA EDIÇÃO**

<b>DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL</b>	
<b>PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO</b>	<b>02</b>
<b>DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GP</b>	
<b>PAUTA DE JULGAMENTO - PLENO</b>	<b>10</b>
<b>DO GABINETE DO CORREGEDOR</b>	
<b>TERMO DE PARCELAMENTO</b>	<b>12</b>
<b>SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO</b>	<b>12</b>
<b>DO GABINETE DE CONSELHEIRO</b>	
<b>DECISÃO MONOCRÁTICA</b>	<b>12</b>



**DO TRIBUNAL PLENO OU CÂMARA ESPECIAL****PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO****ACÓRDÃO****ACÓRDÃO Nº 42.703**

Processo nº 042399.2021.2.000

Classe: Prestação de Contas

Órgão: Fundo Municipal de Educação de Marabá

Responsável: Marilza de Oliveira Leite

Instrução: 3ª Controladoria/TCM

Ministério Público de Contas: Subprocuradora Erika Monique Paraense Serra Vasconcellos

Relator(a): Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2021

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARABÁ. EXERCÍCIO 2021. CONTAS JULGADAS REGULARES. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da Prestação de Contas de Marilza de Oliveira Leite, ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Educação de Marabá, no exercício de 2021,

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, por unanimidade,

DECISÃO: Considerar regulares, as contas prestadas por Marilza de Oliveira Leite, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 461.709.827,19 (quatrocentos e sessenta e um milhões, setecentos e nove mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos).

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 16 de maio de 2023.

**ACÓRDÃO Nº 44.367 (25.01.2024)**

Processo nº 014017.2022.2.000

Município: Belém

Órgão: Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA

Assunto: Prestação de Contas

Exercício: 2022

Responsável: Alfredo Cardoso Costa

Contadora: Marília Gomes Nogueira

Conselheiro: Luís Daniel Lavareda Reis Júnior

Procuradora: Maria Regina Cunha

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII – FUNPAPA DE BELÉM. EXERCÍCIO 2022. OBRIGAÇÕES PATRONAIS NÃO APROPRIADAS E DEVIDAS AO RGPS, HAVENDO DESCONTOS NOS REPASSES DE FPM AO MUNICÍPIO. APROVAÇÃO COM RESSALVA. ALVARÁ DE QUITAÇÃO CONDICIONADO À COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DE MULTA REGIMENTAL. UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos que tratam da prestação de Contas da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA de Belém, exercício 2022, de responsabilidade do Sr. Alfredo Cardoso Costa, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, por unanimidade,

DECISÃO: Aprovar com ressalva as contas e expedir alvará de quitação no valor de R\$ 122.065.561,50 (cento e vinte e dois milhões, sessenta e cinco mil quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), após o recolhimento ao FUMREAP (Lei nº 7.368/2009) da multa de 300 UPF-PA, com base no art. 72, X, da Lei Complementar 109/2016, pelo descumprimento do regime de competência em relação às obrigações patronais não apropriadas.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 25 de janeiro de 2024.

**ACÓRDÃO Nº 44.382**

Processo nº 047445.2019.2.000

Município: Moju

Assunto: Prestação de Contas

Órgão: FUNDEB

Exercício: 2019

Instrução: 5ª Controladoria

Responsável: Andréa Quaresma Da Silva – 01/01/2019 até 28/06/2019

Sandra Helena Ataíde De Lima – 29/06/2019 até 31/12/2019

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Membro MPCM: Subprocurador Marcelo Fonseca Barros

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDEB DE MOJU. EXERCÍCIO 2019. ORDENADORA ANDRÉA QUARESMA DA SILVA. RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS DO RGPS. VERIFICADA EXISTÊNCIA DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO CONDICIONADO A RECOLHIMENTO DE MULTAS



REGIMENTAIS. UNANIMIDADE. ORDENADORA SANDRA HELENA ATAIDE DE LIMA. RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS DO RGPS. VERIFICADA EXISTÊNCIA DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES. ATRASO NA REMESSA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. FALHA FORMAL. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO CONDICIONADO A RECOLHIMENTO DE MULTAS REGIMENTAIS. UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da Prestação de Contas do FUNDEB de Moju, exercício de 2019, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, por unanimidade,

DECISÃO: Pela REGULARIDADE COM RESSALVAS da Prestação de Contas de responsabilidade da Sra. Andréa Quaresma Da Silva, (Período: 01/01/2019 até 28/06/2019), e Sra. Sandra Helena Ataide De Lima (Período: 29/06/2019 até 31/12/2019), na forma do art. 45, II, da LC 109/2016, devendo os mesmos recolherem ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas:

- Ordenadora Sra. Andréa Quaresma Da Silva – 01/01/2019 até 28/06/2019.

1. Multa de 300 Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará UPF-PA, com base no art. 72, II da LC 109/2018 c/c art. 698, I, “b” do Novo Regimento Interno desta Corte de Contas, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, no montante de R\$ 382.051,18 (trezentos e oitenta e dois mil e cinquenta e um reais e dezoito centavos), descumprindo o disposto no art. 35 da Lei Federal 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Expeça-se Alvará de Quitação a Sra. Andréa Quaresma Da Silva, no valor de R\$ 55.043.227,77 (cinquenta e cinco milhões quarenta e três mil duzentos e vinte e sete reais e setenta e sete centavos), somente após o recolhimento, pela mesma, das multas acima mencionadas.

- Ordenadora Sra. Sandra Helena Ataide De Lima – 29/06/2019 até 31/12/2019.

1. Multa de 300 Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará UPF-PA, com base no art. 72, II da LC 109/2018 c/c art. 698, I, “b” do Novo Regimento Interno desta Corte de Contas, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, no montante de R\$ 980.082,10 (novecentos e oitenta mil e oitenta e dois reais e dez centavos), descumprindo o disposto no art. 35

da Lei Federal 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Multa de 300 Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará UPF-PA, com base no art. 72, X da LC109/2016 c/c art. 700, II do novo Regimento Interno desta Corte de Contas, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º Quadrimestre, com 119 (cento e dezenove) dias de atrasos.

Expeça-se Alvará de Quitação a Sra. Sandra Helena Ataide De Lima, no valor de R\$ 59.484.140,56 (cinquenta e nove milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), somente após o recolhimento, pela mesma, das multas acima mencionadas.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará as Ordenadoras passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do

Regimento Interno, deste Tribunal.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 22 de janeiro de 2024.

#### ACÓRDÃO Nº 44.386

PROCESSO Nº 021438.2022.2.000

MUNICÍPIO: CAMETÁ

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2022

RESPONSÁVEL: ANTÔNIO RONALDO DA SILVA GOMES

CONTADOR: EVANILDO ANDRADE FERREIRA

MPC: SUBPROCURADORA ERIKA MONIQUE PARAENSE SERRA VASCONCELOS

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: Prestação de contas de gestão. Remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais; Remessa mensal dos arquivos contábeis, fora do prazo, nos meses de janeiro a dezembro; Remessa mensal dos arquivos de folha de pagamento, fora do prazo, nos meses de janeiro, fevereiro, março, setembro e novembro; Não foi efetuada a correta apropriação das Obrigações Patronais para com o INSS. Multas. Contas irregulares.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata do PLENÁRIO ELETRÔNICO VIRTUAL, realizado no período de 22/01/2024 a 26/01/2024, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator,



## DECISÃO:

I – JULGAR IRREGULARES as contas do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CAMETÁ, de responsabilidade de ANTÔNIO RONALDO DA SILVA GOMES, relativas ao exercício financeiro de 2022, face a não apropriação das obrigações patronais.

II – APLICAR as multas abaixo ao Responsável ANTÔNIO RONALDO DA SILVA GOMES, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP/TCM/PA (Lei nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM/PA, nos seguintes valores:

- 500 (quinhentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, II e III, do RI/TCM/PA., pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres;

- 300 (trezentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, II, III e IV, do RI/TCM/PA., pela remessa mensal dos arquivos contábeis, fora do prazo, dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro;

- 300 (trezentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, I, II e III, do RI/TCM/PA., pela remessa mensal dos arquivos de folha de pagamento, fora do prazo, nos meses de janeiro, fevereiro, março, setembro e novembro;

- 300 (trezentas) UPF/PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 698, IV, "b", do RI/TCM/PA.

III – ADVERTIR o Responsável que o não recolhimento das multas no prazo estipulado, ficará passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Plenário Eletrônico Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 22 a 26 de janeiro de 2024.

**ACÓRDÃO Nº 44.387**

PROCESSO Nº 025204.2022.2.000

MUNICÍPIO: CHAVES

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2022

RESPONSÁVEL: SARA LAZARO MONTEIRO

CONTADOR: MARCOS AVELINO BRABO PANTOJA JÚNIOR

MPC: SUBPROCURADOR MARCELO FONSECA BARROS

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: Prestação de contas de gestão. Remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais. Remessa mensal dos arquivos contábeis, e das folhas de pagamentos fora do prazo. Multas. Contas regulares com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata do PLENÁRIO ELETRÔNICO VIRTUAL, realizado no período de 22/01/2024 a 26/01/2024, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator,

## DECISÃO:

I – JULGAR REGULARES COM RESSALVAS as contas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAVES, de responsabilidade de SARA LAZARO MONTEIRO, relativas ao exercício financeiro de 2022.

II – APLICAR as multas abaixo à Responsável SARA LAZARO MONTEIRO, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP/TCM/PA (Lei nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM/PA, nos seguintes valores:

- 200 (duzentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, III e IV, do RI/TCM/PA., pela remessa intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres;

- 200 (duzentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, I, II, III e IV, do RI/TCM/PA., pela remessa mensal dos arquivos contábeis, fora do prazo, dos meses de janeiro, fevereiro, março, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro;

- 200 (duzentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, I, II e III, do RI/TCM/PA., pela remessa mensal dos arquivos de folha de pagamento, fora do prazo, nos meses de janeiro, fevereiro, março, julho, agosto, setembro, outubro e novembro.

III – ADVERTIR a Responsável que o não recolhimento das multas no prazo estipulado, ficará passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

IV – EXPEDIR o Alvará de Quitação, em nome da Responsável, no valor de R\$ 3.446.923,67 (três milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos), onde se inclui o valor de R\$ 1.290.117,32 (um milhão, duzentos e noventa mil, cento e dezessete reais e trinta e dois centavos), de saldo para o exercício seguinte, em bancos, condicionado a comprovação dos recolhimentos das multas aplicadas.





Plenário Eletrônico Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 22 a 26 de janeiro de 2024.

**ACÓRDÃO Nº 44.391**

PROCESSO Nº 021433.2022.2.000

MUNICÍPIO: CAMETÁ

ÓRGÃO: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DMUT

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO EXERCÍCIO 2022

RESPONSÁVEL: JOÃO BATISTA NOVAES RIBEIRO

CONTADOR: EVANILDO ANDRADE FERREIRA

MPC: SUBPROCURADOR MARCELO FONSECA BARROS

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: Prestação de contas de gestão. Remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais; Remessa mensal dos arquivos contábeis, fora do prazo, nos meses de janeiro a dezembro; Remessa mensal dos arquivos de folha de pagamento, fora do prazo, nos meses de janeiro, fevereiro, março, setembro e novembro; Não repasse ao Tesouro Municipal dos valores retidos do IRRF; Não foi efetuada a correta apropriação das Obrigações Patronais com o INSS. Multas. Contas irregulares.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata do PLENÁRIO ELETRÔNICO VIRTUAL, realizado no período de 22/01/2024 a 26/01/2024, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator,

DECISÃO:

I – JULGAR IRREGULARES as contas do DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DMUT DE CAMETÁ, de responsabilidade de JOÃO BATISTA NOVAES RIBEIRO, relativas ao exercício financeiro de 2022, face a não apropriação das obrigações patronais.

II – APLICAR as multas abaixo ao Responsável JOÃO BATISTA NOVAES RIBEIRO, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP/TCM/PA (Lei nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM/PA, nos seguintes valores:

- 500 (quinhentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, II, III e IV, do RI/TCM/PA., pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres;

- 300 (trezentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, II, III e IV, do

RI/TCM/PA., pela remessa mensal dos arquivos contábeis, fora do prazo, dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro;

- 300 (trezentas) UPF-PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 700, I, II e III, do RI/TCM/PA., pela remessa mensal dos arquivos de folha de pagamento, fora do prazo, dos meses de janeiro, fevereiro, março, setembro e novembro;

- 300 (trezentas) UPF/PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 698, IV, "b", pela não correta apropriação das Obrigações Patronais com o INSS;

- 200 (duzentas) UPF/PA – Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará, prevista no art. 698, IV, "b", do RI/TCM/PA., pelo não repasse ao Tesouro Municipal dos valores retidos do IRRF.

III – ADVERTIR o Responsável que o não recolhimento das multas no prazo estipulado, ficará passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Plenário Eletrônico Virtual do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 22 a 26 de janeiro de 2024.

**ACÓRDÃO Nº 44.423 (30.01.2024)**

Processo nº 014005.2022.2.000

Município: Belém

Órgão: Gabinete do Prefeito

Exercício: 2022

Assunto: Prestação de Contas

Ordenador: Aldenor Monteiro de Araújo Júnior

Contador: José Maria Barrau da Mota Júnior

Lucileni de Alcântara Monteiro

Conselheiro: Luís Daniel Lavareda Reis

Procuradora: Maria Regina Franco Cunha

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. GABINETE DO PREFEITO DE BELÉM. EXERCÍCIO 2022. APROVAÇÃO. EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE QUITAÇÃO. UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos que tratam da prestação de Contas do Gabinete do Prefeito de Belém, exercício 2022, de responsabilidade do Sr. Aldenor Monteiro de Araújo Júnior, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, por unanimidade,

DECISÃO: Aprovar as contas e expedir alvará de quitação ao Ordenador no valor de R\$ 22.754.669,23 (vinte e dois



milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e três centavos). Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 30 de janeiro de 2024.

**ACÓRDÃO Nº 44.425**

Processo nº 090444.2022.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

Assunto: Contas de Gestão – Exercício 2022

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessado: BENEDITO COSTA FERREIRA (Ordenador – 01/01/2022 até 31/12/2022)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO DE 2022. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 090444.2022.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO; JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Benedito Costa Ferreira, relativas ao exercício financeiro de 2022.

Em favor de quem deve ser expedido Alvará de Quitação no valor de R\$ 14.845.089,95, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, no prazo de trinta dias, dos valores estipulados a título de multas.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Benedito Costa Ferreira, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pela não apropriação e recolhimento das obrigações patronais, descumprindo art. 216, inciso I, "b" do Decreto Federal nº 3.048/1999;
2. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelas

Irregularidades/impropriedades constatadas em processos licitatórios encaminhados no Mural de Licitação, descumprindo a Resolução nº 11.535/2014-TCMPA c/c Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 30 de Janeiro de 2024.

**ACÓRDÃO Nº 44.426**

Processo nº 063004.2022.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO MARIA

Assunto: Contas de Gestão – Exercício 2022

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Interessado: EDIMILSON BATISTA ALVES (Ordenador – 01/01/2022 até 31/12/2022)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO MARIA. EXERCÍCIO DE 2022. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO. VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 063004.2022.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Edimilson Batista Alves, relativas ao exercício financeiro de 2022.

Em favor de quem deverá ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 29.167.520,06 (vinte e nove milhões cento e sessenta e sete mil quinhentos e vinte reais e seis centavos), somente após a devida comprovação do recolhimento, em favor do Fundo de Reparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, no prazo de trinta dias, dos valores estipulados a título de multas.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Edimilson Batista Alves, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:



1. Multa na quantidade de 500 UPF-PA prevista no Art. 698, IV, "b", do RITCM-PA, por não efetuar a correta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, no montante de R\$ 2.215.250,45, descumprindo o disposto no art. 195, I, "a", da Constituição Federal; arts. 15, I e 22, I, II, 30, I, "a" e "b", da Lei nº 8.212/91; art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64 c/c o art. 50, II da Lei de Responsabilidade Fiscal;

2. Multa na quantidade de 500 UPF-PA prevista no art. 698, IV, "b", do RITCM-PA, pelas falhas formais constatadas em processos licitatórios, nos termos do entendimento Plenário desta Corte de Contas (Acórdão 34.909/2019; Acórdão 35.396/2019; Acórdão 29.220/2016; Acórdão 32.468/2018), descumprindo a IN nº 022/2021-TCMPA c/c Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 30 de janeiro de 2024.

#### ACÓRDÃO Nº 44.428

Processo nº 101397.2022.2.000

Jurisdicionado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS

Assunto: Contas de Gestão – Exercício 2022

Relator: Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Instrução: 1ª Controladoria

Procurador(a): MARIA REGINA FRANCO CUNHA

Interessados: CHARLES LOPES PERES (Ordenador – 01/07/2022 até 31/12/2022)

VANDERLEY SOUZA DE OLIVEIRA (Ordenador – 01/01/2022 até 30/06/2022)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS. EXERCÍCIO DE 2022. PELA REGULARIDADE COM RESSALVAS DAS CONTAS DE AMBOS ORDENADORES. MULTAS AO FUMREAP. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 101397.2022.2.000, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros do PLENO do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do voto do Relator,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

DECISÃO: JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Charles Lopes Peres, relativas ao exercício financeiro de 2022.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 12.635.572,60, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, no prazo de trinta dias, dos valores estipulados a título de multas.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Charles Lopes Peres, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea "b", do Decreto Federal nº 3.048/1999;

2. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais, descumprindo o disposto no art. 195, I, "a", da Constituição Federal; arts. 15, I e 22, I, II, 30, I, "a" e "b", da Lei nº 8.212/91; art. 35 da Lei Federal 4.320/64 c/c o art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 45, inciso II, da Lei Estadual nº 109/2016.

JULGAR REGULAR COM RESSALVA as contas do(a) Sr(a) Vanderley Souza De Oliveira, relativas ao exercício financeiro de 2022.

Em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$ 16.495.012,02, pelas despesas ordenadas, somente após a comprovação do recolhimento ao Fundo de Reparelhamento do TCM-PA/FUMREAP, no prazo de trinta dias, dos valores estipulados a título de multas.

APLICAR as multas abaixo ao(à) Sr(a) Vanderley Souza De Oliveira, que deverão ser recolhidas ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA:

1. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pelo não repasse ao INSS da



totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, descumprindo o estabelecido no art. 216, Inciso I, alínea "b", do Decreto Federal nº 3.048/1999.

2. Multa na quantidade de 300 UPF-PA prevista no artigo 698, IV, "b", do RI/TCM/PA, pela não apropriação e recolhimento das obrigações patronais, descumprindo o disposto no art. 195, I, "a", da Constituição Federal; arts. 15, I e 22, I, II, 30, I, "a" e "b", da Lei nº 8.212/91; art. 35 da Lei Federal 4.320/64 c/c o art. 50, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fica desde já ciente que o não recolhimento da multa no prazo estipulado, ficará o(a) ordenador(a) passível dos acréscimos decorrentes da mora, com base no art. 703, I, II e III, do Regimento Interno, deste Tribunal.

Belém – PA, 30 de Janeiro de 2024.

#### ACÓRDÃO Nº 44.479

Processo nº 049226.2020.2.000

Município: Muaná

Assunto: Prestação de Contas

Órgão: Fundo de Previdência de Muaná

Exercício: 2020

Instrução: 5ª Controladoria

Responsável: Cláudia Edna Paes Da Costa (01/01/2020 a 31/01/2020)

Joselba de Nazaré Costa Pacheco (01/02/2020 a 31/12/2020)

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Membro MPCM: Procuradora Maria Regina Franco Cunha

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE MUANA. EXERCÍCIO DE 2020. ORDENADORA: CLÁUDIA EDNA PAES DA COSTA. REMESSA INTEMPESTIVA DE NOTIFICAÇÃO. FALHA FORMAL. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO CONDICIONADO A RECOLHIMENTO DE MULTA REGIMENTAL. UNANIMIDADE. ORDENADORA: JOSELBA DE NAZARÉ COSTA PACHECO. APROPRIAÇÃO(EMPENHAMENTO) E RECOLHIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS DO RGPS. VERIFICADA EXISTÊNCIA DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA. PRECEDENTES. RELEVADA DETERMINAÇÃO DO ART. 167, CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO CONDICIONADO A RECOLHIMENTO DE MULTAS REGIMENTAIS. UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da Prestação de Contas do Fundo de Previdência de Muana, exercício de 2020, de responsabilidade da Sra. Cláudia Edna Paes Da Costa de 01/01/2020 a 31/01/2020, e da Sra. Joselba de Nazaré Costa Pacheco – 01/02/2020 até 31/12/2020, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto do Conselheiro Relator, por unanimidade,

DECISÃO: Pela regularidade com ressalvas das contas, com aplicação de multa regimental de:

Ordenadora: Joselba de Nazaré Costa Pacheco – 01/02/2020 até 31/12/2020

1. Multa de 400 Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF-PA, com base no art. 72, II Lei Complementar Estadual no 109/2016 c/c art. 698, I, "b" do novo Regimento Interno desta Corte de Contas, Ato nº 25/2021, em razão do descumprimento da determinação constitucional constante do art. 167, inciso II da CF/1988 c/c arts. 43 e 59 da Lei nº. 4.320/64 e arts. 15 e 16 da Lei Complementar 101/00.

2. Multa de 300 Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará UPF-PA, pelo descumprimento do art. 195, inciso II da CF/1988, pelas Contribuições Previdenciárias vinculadas ao RGPS, retidas dos Segurados, na ordem de R\$ 2.397,45, não terem sido repassadas ao órgão competente.

Ordenadora: Cláudia Edna Paes da Costa: 01/02/2020 a 31/12/2020

1. Multa de 300 Unidades de Padrão Fiscal do Estado do Pará UPF-PA, pelo descumprimento do art. 284, do RITCM-PA (Ato nº 16/2013), pelo atraso no envio da resposta à Notificação nº 46/2020/NUF/RPPS/TCM-PA.

O não recolhimento das multas no prazo, poderá acarretar acréscimos decorrentes da mora, conforme o previsto no art. 703 do Regimento Interno deste Tribunal. Após o recolhimento das multas devem ser emitidos os respectivos Alvarás de Quitação:

- Alvará de R\$ 1.578.145,87 (um milhão e quinhentos e setenta e oito mil e cento e quarenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), para a Sra. Cláudia Edna Paes Da Costa;

- Alvará de R\$ 8.863.078,02 (oito milhões e oitocentos e sessenta e três mil e setenta e oito reais e dois centavos), para a Sra. Joselba de Nazaré Costa Pacheco.

Sala Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de fevereiro de 2024.





**ACÓRDÃO Nº 44.480**

Processo nº 050410.2015.2.000 (TCE's 201801102-00/201801104-00/201801105-00)

Município: Nova Timboteua

Órgão: FUNDEB

Assunto: Prestação de Contas

Exercício: 2015

Responsáveis: Elton Cleber Chaves do Rosário (01/01/15 a 13/01/15 e 09/05/15 a 31/12/15)

Marilene Ferreira (14/01/15 a 07/04/15)

Lúcia Felix Ribeiro (08/04/15 a 08/05/15)

Conselheiro: Luís Daniel Lavareda Reis Júnior

Procuradora: Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDEB DE NOVA TIMBOTEUA. EXERCÍCIO 2015. ORDENADORA MARILENE FERREIRA. ATRASO NA REMESSA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. UNANIMIDADE. ORDENADORA LÚCIA FELIZ RIBEIRO. ATRASO NA REMESSA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTAS REGULARES COM RESSALVAS. UNANIMIDADE. ORDENADOR ELTON CLEBER DO ROSÁRIO. OMISSÃO DO DEVER DE PRESTAR CONTAS. LANÇAMENTO CONTA AGENTE ORDENADOR. CONTAS IRREGULARES. UNANIMIDADE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. RECOLHIMENTO AOS COFRES MUNICIPAIS. ENVIO DE COPIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E À CÂMARA MUNICIPAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas do FUNDEB de Nova Timboteua, exercício de 2015, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, por unanimidade:

DECISÃO: Pela REGULARIDADE COM RESSALVAS da prestação de Contas relativas ao período ordenado pelas Sras. Marilene Ferreira e Lúcia Felix Ribeiro, na forma do art. 45, II da LC 109/2016;

- Pela IRREGULARIDADE da prestação de Contas relativas ao período ordenado pelo Sr. Elton Cleber Chaves do Rosário, na forma do art. 45, III "b" e "c" da LC 109/2016, com responsabilidade solidária do então chefe do executivo municipal, Sr. Luís Carlos Castro, com base no art. 40 da LC 109/2016;

Deve o ordenador, Sr. Elton Cleber Chaves do Rosário, com responsabilidade solidária do então chefe do executivo municipal, Sr. Luís Carlos Castro, proceder o seguinte recolhimento aos Cofres Municipais:

1. R\$ 454.369,79 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e nove reais e setenta e nove

centavos) e R\$ 6.481.684,28 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos), oriundos da omissão no dever de prestação de contas dos períodos de gestão do ordenador, de 01/01/2015 a 13/01/2015 e 09/05/2015 a 31/12/2015, respectivamente;

Encaminhe cópia dos autos ao Ministério Público Estadual e à Câmara Municipal, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Sala Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de fevereiro de 2024.

**ACÓRDÃO Nº 44.482**

Processo nº 067270.2020.2.000

Município: Santa Cruz do Arari

Órgão: Instituto de Previdência do Município

Assunto: Prestação de Contas

Exercício: 2020

Responsável: Manoel De Jesus Antonio Teles Junior

Conselheiro: Luís Daniel Lavareda Reis Júnior

Procuradora: Elisabeth Salame da Silva

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. IPM DE SANTA CRUZ DO ARARI. EXERCÍCIO 2020. CONTAS REGULARES. UNANIMIDADE. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos que tratam da Prestação de Contas Do IPM de Santa Cruz do Arari, exercício 2020, de responsabilidade do Sr. Manoel De Jesus Antonio Teles Junior, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto do Conselheiro Relator, por unanimidade, pela regularidade das contas.

Expeça-se alvará de quitação no valor de R\$ 1.349.961,99 (um milhão trezentos e quarenta e nove mil novecentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos).

Sala Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de fevereiro de 2024.

**RESOLUÇÃO****RESOLUÇÃO Nº 16.816 (09.02.2024)**

Processo nº 1.138001.2016.2.0004

Origem: Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna (Contas do Chefe do Executivo)

Exercício: 2016

Assunto: Recurso Ordinário visando modificar a Resolução nº 15.984/2022

Responsável: Sebastião Damascena dos Santos

Advogado: Fernando Francisco de Oliveira



Conselheiro: Luís Daniel Lavareda Reis  
Procuradora: Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros  
EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA. CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. EXERCÍCIO 2016. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE MODIFICAR A DECISÃO. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO. UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos, resolvem os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, por unanimidade,

DECISÃO: em conhecer e negar provimento ao Recurso Ordinário em referência, mantendo na íntegra a decisão estampada na Resolução nº 15.984/2022.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de fevereiro de 2024.

Protocolo: 45993

## DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GP

### PAUTA DE JULGAMENTO – PLENO

#### CONS. ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES

A Subsecretária-Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos Interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na Sessão Plenária Ordinária a ser realizada no dia **29/02/2024**, às 9h, em sua sede, os seguintes processos:

#### 01) Processo nº 202004760-00

Responsável: **HIBRIDA SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA-EPP**

Interessado(a): Sr(a). ALCIDES EUFRÁSIO DA CONCEIÇÃO NEGRÃO – PREFEITO MUNICIPAL

Origem: Prefeitura Municipal / Abaetetuba

Assunto: Denúncias e Representações Externas

Exercício: 2020

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

#### 02) Processo nº 202005672-00 (202005632-00 / 202005450-00)

Responsável: **ENGEFORT CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA**

Interessado(a): Sr(a). ANNETE KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA (SECRETÁRIA)

Origem: BELÉM (SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – SEURB) / Belém

Assunto: Denúncias e Representações Externas

Exercício: 2020

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

#### 03) Processo nº 063001.2022.1.000

Responsável: Sr(a). **Marcia Ferreira Lopes**

Origem: Prefeitura Municipal / RIO MARIA

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

#### 04) Processo nº 105001.2022.1.000

Responsável: Sr(a). **Celso Lopes Cardoso**

Origem: Prefeitura Municipal / TUCUMA

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

#### 05) Processo nº 016001.2022.1.000

Responsável: Sr(a). **Michel Assad** (de 01/01 até 03/08 e de 01/12 até 31/12) e Sr(a). **Nickerson Cavalcante dos Santos Geraldo** (de 04/08 até 30/11)

Origem: Prefeitura Municipal / BONITO

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Ismael Moraes da Costa (01/01/2022 à 31/12/2021) Sr(a). Bruno Fernando Paes de Lima (de 04/08/2022 até 31/12/2022) Sr(a). Afonso Claudio Pinto Alves (de 01/12/2022 até 31/12/2022) e Sr(a). Lyvia Juliana de Almeida Melo (de 01/12/2022 até 31/12/2022)

#### 06) Processo nº 073001.2022.1.000

Responsável: Sr(a). **Evandro Corrêa da Silva**

Origem: Prefeitura Municipal / SANTO ANTONIO DO TAUÁ

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Antônio Mota de Oliveira Junior



**07) Processo nº 074001.2022.1.000**

Responsável: Sr(a). **Felipa Rodrigues dos Santos Rendeiro**

Origem: Prefeitura Municipal / SAO CAETANO DE ODIVELAS

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Antonio Mota De Oliveira Junior (Contador)

**08) Processo nº 076001.2022.1.000**

Responsável: Sr(a). **João Cleber de Souza Torres**

Origem: Prefeitura Municipal / SAO FELIX DO XINGU

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Lyvia Juliana de Almeida Melo

**09) Processo nº 084001.2022.1.000**

Responsável: Sr(a). **Alexandre França Siqueira**

Origem: Prefeitura Municipal / TUCURUI

Assunto: Poder Executivo - Governo - Prestação de Contas Anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Lúcio Vale

Advogado/Contador: Sr(a). Maria Onilce R. Pereira

**10) Processo nº 092002.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Edilson Oliveira Sousa**

Origem: Câmara Municipal / DOM ELISEU

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheira Mara Lúcia Barbalho

Advogado/Contador: Sr(a). Wachiton Ferreira Mota

**11) Processo nº 113002.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Jackson Vieira dos Santos Silva**

Origem: Câmara Municipal / ELDORADO DO CARAJAS

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheira Mara Lúcia Barbalho

**12) Processo nº 124002.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Maria Verlandia Bento Assunção**

Origem: Câmara Municipal / SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**13) Processo nº 133008.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Lurdinha Moreira Martins** (01/01) e Sr(a). **Vitória Vale Pereira** (30/06 a 31/12)

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / CACHOEIRA DO PIRIA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**14) Processo nº 026217.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Maria Lucimar Barata**

Origem: FUNDEB / COLARES

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**15) Processo nº 123202.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Antonia Veranilde da Cunha**

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / SANTA LUZIA DO PARA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão - SPE

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

**16) Processo nº 090462.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Ana Maria dos Santos**

Origem: Fundo Municipal de Educação / BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão

Exercício: 2022

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

**17) Processo nº 102424.2022.2.000**

Responsável: Sr(a). **Giovanna Moreira de Cirqueira**

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social / SAO GERALDO DO ARAGUAIA



Assunto: Prestação de Contas das Demais Unidades Gestoras - Contas Anuais de Gestão  
Exercício: 2022  
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 22/02/2024.

**HILDA MARIA ZAHLUTH CENTENO NORMANDO**  
Subsecretária-Geral

Protocolo: 45991

## DO GABINETE DO CORREGEDOR

### TERMO DE PARCELAMENTO

#### CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO

**EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO**  
**PROCESSO Nº** 1.045002.2018.2.0012  
**PROCEDÊNCIA:** CÂMARA MUNICIPAL DE MELGAÇO/PA.  
**INTERESSADO:** JOSÉ FRANCISCO VIEGAS DIAS  
**EXERCÍCIO:** 2018  
**NÚMERO DO TERMO:** 023/2024  
**NÚMERO DE PARCELAS:** 2 (duas) parcelas  
**VALOR DA PARCELA:** R\$ 4.273,75 (quatro mil, duzentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos)  
**VENCIMENTOS:** 22/03/2024 e 22/04/2024.  
**DATA DA ASSINATURA DO TERMO:** 22/02/2024.  
Belém, 22 de fevereiro de 2024.  
**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Conselheiro/Corregedor

**EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO**  
**PROCESSO Nº** 1.025002.2017.2.0011  
**PROCEDÊNCIA:** CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES  
**INTERESSADO:** ISRAEL DO NASCIMENTO LOUZEIRO  
**EXERCÍCIO:** 2017  
**NÚMERO DO TERMO:** 024/2024  
**NÚMERO DE PARCELAS:** 6 (seis) parcelas  
**VALOR DA PARCELA:** R\$ 457,82 (quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos)  
**VENCIMENTOS:** 22/03/2024; 22/04/2024; 22/05/2024; 22/06/2024; 22/07/2024 e 22/08/2024.  
**DATA DA ASSINATURA DO TERMO:** 22/02/2024.  
Belém, 22 de fevereiro de 2024.  
**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Conselheiro/Corregedor

Protocolo: 45989

### SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO

#### CONS. JOSÉ CARLOS ARAÚJO

**DESPACHO DE SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO**  
**Nº** 025/2024

**PROCESSO Nº** 1.008400.2021.2.0006  
**PROCEDÊNCIA:** SEPOF DE ANANINDEUA/PA.  
**INTERESSADO:** ANA MARIA SOUZA DE AZEVEDO.  
**EXERCÍCIO:** 2021

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO DE MULTA AO FUMREAP, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSTANTE NO PROCESSO Nº 008400.2021.2.000, ACÓRDÃO Nº 43.734, DE 31/10/2023.

**Considerando** o relatado na Informação Nº 025/2024 – GAB/CORREGEDORIA/TCM, tratando-se de pedido de parcelamento do débito em favor do FUMREAP, autorizo, em **12 (doze) parcelas** o pagamento referente a multa do **ACÓRDÃO Nº 43.734, de 31/10/2023.**

Cientifique-se o requerente, para assinar o **TERMO DE PARCELAMENTO.**

Belém, 22 de fevereiro de 2024.

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Conselheiro Corregedor

Protocolo: 45994

## DO GABINETE DE CONSELHEIRO

### DECISÃO MONOCRÁTICA

#### CONS. SÉRGIO LEÃO

**DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE**  
**DE PEDIDO DE REVISÃO**  
**(ART. 640, PARÁGRAFO ÚNICO, RI/TCMPA)**

**Processo nº:** 1.085203.2018.2.0002  
**Classe:** PEDIDO DE REVISÃO  
**Procedência:** VIGIA  
**Órgão:** FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**Exercício:** 2018  
**Rescindente:** Sr(a). HAMILTON SOUSA SILVA  
Trata-se de Pedido de Revisão apresentado pelo **Sr. HAMILTON SOUSA SILVA** contra o Acórdão nº **38.746/2021**, que decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Vigia ao exercício financeiro de 2018, de responsabilidade do ora Rescindente.  
De acordo com o item I, do Ato publicado no DOE, verifico que as contas do Fundo Municipal de Educação foram





julgadas irregulares “pelo não repasse ao INSS, da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, no montante de R\$ 111.633,56 (cento e onze mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos) e pelo não recolhimento à Prefeitura o IRPF e o ISS.”

É o breve relatório.

Decido.

## 1. DA ADMISSIBILIDADE

### 1.1 DA LEGITIMIDADE:

O Rescindente foi ordenador responsável pelo Fundo Municipal de Educação de Vigia e, assim, alcançado pelo Acórdão n.º 38.746/2021 estando, portanto, amparado/legitimado para interpor o presente recurso, conforme o *caput* do art. 84, da LC n.º 109/2016<sup>1</sup>.

### 1.2 DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme se depreende dos autos, a publicação da decisão vergastada ocorreu em 18/11/2021 (DOE-TCM/PA nº 1139) e a apresentação do Pedido de Revisão se deu em 17/11/2023, dentro do prazo estabelecido no dispositivo acima referido.

### 1.3 DA ADEQUAÇÃO:

Consignadas a legitimidade e tempestividade, cumpre-me verificar a adequação aos requisitos impositivos constantes no Regimento Interno do TCM-PA.

As contas do Rescindente foram reprovadas pelo não repasse ao INSS, da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, no montante de R\$ 111.633,56 (cento e onze mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos) e pelo não recolhimento à Prefeitura o IRPF e o ISS.

No Pedido em foco, o Rescindente, junta documentação e argumenta que:

- 1- Os valores relativos às contribuições do INSS, foram pagos integralmente por meio de “bloqueio ao FPM”;
- 2- O Município teria ajustado Pedido de Parcelamento com o INSS dos débitos em 2017, e, ainda, Parcelamento 2020 Nº 636715590;
- 3- Quanto aos valores relativos ao IRRF e ISS argumenta que os impostos foram recolhidos aos cofres municipais no exercício seguinte;
- 4- Teceu comentários sobre outras impropriedades contidas no voto, que não ensejaram a reprovação das contas, mas resultaram na cominação de multas.

### 2- DO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO:

O Rescindente solicitou a concessão de efeito SUSPENSIVO.

Como se sabe, o Pedido de Revisão, em regra, será recebido apenas com efeito devolutivo. Contudo, o

Regimento Interno desta Corte dispõe, em seu art. 634, sobre a possibilidade da concessão do Efeito Suspensivo, quando houver a verossimilhança do alegado (*fumus boni iuris*) e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*).

Entretanto, a solicitação não deve prosperar, haja vista que, compulsando os autos, não verifico a presença do *fumus boni iuris*, um dos requisitos exigidos na norma regimental, considerando a necessidade de análise técnica da referida documentação apresentada, para que, de fato, constate-se se serão, ou não, suficientes para sanar as irregularidades ensejadoras da reprovação das contas. Ademais, não verifico a presença do *periculum in mora*, eis que, muito embora o Rescindente justifique sua urgência alegando **receio de dano de difícil reparação**, a apresentação do Pedido de Revisão se deu somente 2 (dois) anos após a publicação da Decisão Vergastada, o que, por si só, contradiz a sua justificativa.

### 3- DESPACHO MONOCRÁTICO

Ante ao exposto, **ADMITO O PEDIDO DE REVISÃO**, apenas no seu **EFEITO DEVOLUTIVO**, eis que restaram cumpridos os requisitos de admissibilidade contidos no art. 629 do RI/TCMPA, determinando o encaminhamento dos autos à Secretaria-Geral, para publicação no DOE do TCM PA, e, em seguida, retorne ao Gabinete, para prosseguimento da Instrução do feito.

Belém, 21/02/2024.

**SÉRGIO LEÃO**

Conselheiro/Relator

<sup>1</sup> Art. 84 De decisão do Tribunal transitada em julgado, caberá pedido de revisão, sem efeito suspensivo, interposto uma só vez, pelo responsável, interessado ou pelo Ministério Público de Contas dos Municípios, dentro do prazo de dois anos, contados da publicação, na forma desta Lei e do Regimento Interno do TCM PA, e fundar-se-á ...

